



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/RJ

(LOGO DA  
EMPRESA)

Empresa: <Razão Social da Empresa>  
CNPJ: <CNPJ da Empresa>  
Responsável: <Nome do Responsável>  
Contato: <E-mail / Telefone>

TÍTULO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, UTILIZANDO METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING), DO DEPÓSITO DE BENS APREENDIDOS, DE ÁREAS ADJACENTES E DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SR/PF/RJ

ANEXO XVI - PLANILHA COMPOSIÇÃO DO FATOR K E TRDE

RIO DE JANEIRO / RJ

DISCRIMINAÇÃO

k1	Encargos sociais incidentes sobre a mão de obra mensalista (sem desoneração)	
k2	Administração central da empresa (overhead)	
k3	Remuneração bruta da empresa	
k4	Fator relativo aos tributos incidentes sobre o preço de venda $K4 = [1/(1-l)] - 1$	

IMPOSTOS (I)

01	ISS (Observar o Percentual da Localidade) <sup>1</sup> - sem Desoneração	
02	PIS <sup>2</sup>	
03	COFINS <sup>3</sup>	

Onde:

$$K = (1+k1+k2)*(1+k3)*(1+k4)$$

$$TRDE = (1+k3)*(1+k4)$$

$$PV = CDsal * K + CDoutros * TRDE$$

Fator K

TRDE - TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS

A presente estimativa baseou-se na metodologia "Formação de preço com base nos quantitativos e custos unitários dos insumos utilizados", contemplado no Manual de "ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS" (TCU, 2014).

Notas :

1. A alíquota do ISS é determinada pela "Relação de Serviços" do município onde se prestará o serviço conforme art. 1º Lei Complementar nº 116/2003. Ressalta-se, que conforme o art. 8º desta Lei Complementar a alíquota máxima admitida é de 5%. Além disso, registra-se, ainda, que deve-se verificar a legislação municipal, se esta possibilita a redução da base de cálculo deste tributo, pois conforme o § 2º inciso I, art. 7º desta mesma Lei Complementar, a base de cálculo do ISS é o preço do serviço, excluindo-se o valor dos materiais.

2. A alíquota máxima do PIS é de 1,65%, conforme Art. 2 da Lei nº 10.637/2002.

3. A alíquota máxima do COFINS é de 7,6%, conforme Art. 12 da Lei nº 10.833/2003.